

Educação: rito de passagem

Fátima Cunha
Ferreira Pinto *

Quando uma crise, de natureza intrinsecamente social, eclode num universo restrito e setorizado, como por exemplo aquelas que atingem grupos sociais específicos, seu debelo fica viabilizado por medidas administrativas, geralmente de natureza mecanicista e técnica. No entanto, quando esta mesma crise é resultante e somatório de outras, de natureza absolutamente generalizada, seu gerenciamento inviabiliza-se por conta mesmo da dificuldade de extirpação consentânea de uma penada só ou, até mesmo, pela definição de um extermínio paulativo e hierarquizado, cujos benefícios imediatos poderiam gerar um debelamento progressivo em cadeia.

A Educação, no Brasil, pode enquadrar-se no âmbito dessa crise-resultado, quase como o desaguadouro natural dos conflitos genericamente setorizados.

Apenas a título de reflexão, citaremos a que reputamos a mais grave delas: a crise de natureza ética, que retirou do horizonte social as balizas delimitadoras do bem e do mal, do certo e do errado, tudo em nome de um pressuposto ideológico libertário que elege o indivíduo árbitro isolado de seus atos e coloca-o no patamar da insuspeição, quanto a qualquer ajuizamento de valor acerca da correlação que deve reger os preceitos entre o ser e sua natureza fundamentalmente social. Estamos vivendo, atualmente no país, o principado do individualismo que eliminou completamente a noção humanística de sociedade. Esta "des/eitização" social vem sendo observada nas salas de aula, em todos os níveis da escolaridade, onde o respeito na relação aluno/professor passa por um processo de degradação, de tal ordem que somente a informação fria tem tido algum, se não raro, sucesso no processo educacional mais amplo. O princípio mais valioso, qual seja, o da troca, subsidiário das relações sociais e humanas, de todo fugiu das salas de aula. Mais efeito que causa, essa inexistência do inter-relacionamento, por sua vez, contribui para o agravamento do individualismo e conseqüente aprofundamento da descaracterização do todo social da escola.

A crise de natureza política pode ser, também, vista sob um ângulo devidamente

ampliado, como decorrência da supremacia individual sobre o coletivo, como já sobejamente demonstrado pela imprensa e outros meios de divulgação. Cada vez mais clarificam-se os procedimentos políticos hereditários da oligarquia rural, ainda hoje exemplares paramétricos da manutenção dos guetos eleitorais, do poder econômico e político por pequena minoria, em absoluto representativa do nosso país.

A crise econômica, também resultado, de certa forma, da ausência de troca, pelo bem comum, entre as forças econômicas internas, ou estas e o poderio econômico internacional, contribui para a acirrada disputa individualista.

Ora, este princípio malsão do individualismo e culto à personalidade individual vem, muito a propósito, refletir a grande descaracterização do nosso Estado como nação, a indeterminação da nossa cara cultural e, conseqüentemente, a indefinição do que seja a nossa cultura, porque não vislumbramos a efigie da pátria. Disto vem o resultado a galope: sem parâmetros de identificação, e compelidos a buscar asceticamente valores de reprodução, facilmente caímos na cilada da adoração às culturas "superiores" à nossa, tacitamente tornando-nos cúmplices do esfacelamento do nosso corpo, que é o social.

A alavanca montada para a construção do Brasil Novo, teoricamente, vem bem posicionada, quando se destina ao desenvolvimento e sedimentação de uma mentalidade nacionalista unificadora. Não está aqui o propósito de discutir a dosagem de retórica que tal discurso possa conter, uma vez que entre a potencialidade e o ato há que sempre se considerar a existência do imprevisível e o imponderável. No entanto, a vinculação de uma virtual face da nação ao condicionamento de uma revolução do substrato mental é básica à estruturação de uma identidade da nação, segundo o que cada indivíduo participará como elemento estruturador e estruturante.

Quanto à Educação nacional, pouco adiantará a importação das técnicas pedagógicas de sucesso em países do primeiro mundo, se antes não definirmos a função e a meta-fim da Educação brasileira; ou seja, há que se delimitar precisa, coerente e coesamente as bases políticas e ideológicas de uma estratégia para o nosso sistema educacional. Na onda dos modismos passadiços que vicejam mais assoberbada-

mente nas sociedades mais carentes, o Japão tem sido alvo de atenção eufórica, pelo sucesso acadêmico de seus estudantes, quando comparados a outros do primeiro mundo. E, aí, uma enxurrada de estudos comparativos espouca nas universidades, nas associações educacionais etc. Entretanto, esse estudo comparativo — guardada a devida importância concedida à excelência da técnica como viabilizadora da ciência pedagógica — pode transformar-se, também, numa troca perversa, por sedimentar e caracterizar, uma vez mais, a nossa nação como contemplador passivo de deuses, agora nipônicos.

Felizmente, Merry White (*Desafio educacional japonês*, 1988), sabiamente, nos esclarece que a educação japonesa obteve, e continua obtendo, o sucesso mundialmente reconhecido, porque fez parte de uma estratégia político-governamental direcionada a construir a hegemonia tecnológica no contexto do mercado mundial. Estabelecer um juízo de valor apressado acerca da qualidade do produto humano, resultante de tal estratégia, é capítulo para outra discussão.

O fato é que, segundo nos afirma White, os métodos pedagógicos foram, sim, importados da Europa e EUA, mas utilizados conjuntamente à preservação da identidade nacional, do que historicamente se vem orgulhando a sociedade japonesa.

Uma estratégia para a Educação nacional, apenas titubeantemente esboçada e de contornos difusos, não foi suficientemente discutida nem pelos educadores, nem pelos dirigentes administrativos do sistema educacional.

Como afirmávamos anteriormente, a crise da Educação nacional vem sendo o depositário dos resultados nefandos de todas as outras crises sociais, e a revisão de qualquer delas só pode ser viabilizada com a sua ajuda.

Fala-se muito na solução dos problemas econômicos, políticos e sociais, através de um "pacto social". Este, curiosamente, vem banindo da mesa de negociação o setor educacional, o único, a nosso ver, capaz de viabilizar o rito de passagem dos velhos mitos para aquele da ressurreição da unificação nacional, para a definição da face do país.

* Secretária de estado de Educação do Rio de Janeiro